

OS HOMICÍDIOS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2019



Ficha técnica

VISÃO MUNDIAL BRASIL

Martha Yaneth - Diretora Nacional

Welinton Pereira - Diretor de Advocacy e Relações Institucionais

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Reginaldo Pereira da Silva

Laura Talho Ribeiro

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS

Reginaldo Pereira da Silva

Laura Talho Ribeiro

Pablo Nunes

CONTRIBUIÇÕES

Ronald Castro

Edna Carla Souza Cavalcante

Débora Maria da Silva

Renato Roseno

Thiago Holanda

Daniele Negreiros

REVISÃO DE TEXTO

Paola Bello

Renata Pessoa Vaz

DIAGRAMAÇÃO

Máquina do Bem

AGRADECIMENTOS

A Visão Mundial agradece a todas as mães, adolescentes e jovens que contribuíram para esta pesquisa e que buscam, diariamente, viver sob resistência e alcançar um futuro com mais esperança e vida plena. Nossa gratidão às pessoas que defendem os direitos humanos neste país de inúmeras desigualdades, mas também de potencialidades infinitas.

Outubro de 2021

Índice

1. Sumário executivo
2. Por que analisar homicídios de crianças e adolescentes no Brasil?
3. Análise dos dados sobre homicídios na infância e adolescência no Brasil, entre 2009 e 2019
4. Viver em locais marginalizados: histórias de crianças e adolescentes marcados pela violência cotidiana
5. Viver a resistência 1: histórias de mães que perderam seus filhos assassinados
6. Viver a resistência 2: #EuSintoNaPele, estratégias de prevenção e proteção
7. Repensar as estratégias do poder público: Comitê de Combate e Prevenção à Violência - uma trajetória de mobilização pelo direito à vida de adolescentes
8. Considerações finais e um chamado à construção de um Comitê Nacional

Sumário executivo

A missão da Visão Mundial é garantir vida em abundância para todas as crianças e adolescentes. Diante disso, não podemos normalizar os altos índices de violência que é imprimida à grande parte deste público, e é com o objetivo de registrar estas violações, conhecer suas implicações na vida dos familiares e da comunidade e requerer por mudanças que este Relatório se desenvolve.

Como vem demonstrar a pesquisa, crianças e adolescentes negras são as mais vitimadas, sendo 76% de todas as mortes ocorridas em 11 anos. Esta proporção vem crescendo no decorrer do tempo: em 2009, negros e negras eram 71% das vítimas enquanto em 2019 passaram a ser 81%, ao passo que a proporção de vítimas brancas tem sido reduzida: em 2009 eram 23%, e em 2019 passaram a ser 17% dos mortos.

As desigualdades acompanham vidas negras desde a concepção e o nascimento: durante o pré-natal, 32% das gestantes negras não fazem todos os exames recomendados – entre as mulheres brancas, esse percentual é de 19%, segundo dados divulgados pela Fundação Abrinq. A instituição ainda aponta que a mortalidade infantil no primeiro ano de vida é 22,5% maior entre crianças negras, enquanto 2 em cada 3 mortes maternas são de mulheres negras.

A morte está sempre rodeando a negritude no Brasil: pela fome, pela opressão, pelo encarceramento em massa e pela ausência de políticas públicas. Assim, há toda uma geração que se desenvolve sabendo que a cor de sua pele é alvo.

A sistematização e a análise dos dados coletados pelo DATASUS, do Ministério da Saúde, informam a necessidade de olharmos para a questão dos homicídios com maior preocupação que a matéria vem sendo suscitada no debate público nos últimos anos, pois a vida de nossas crianças e adolescentes continua sendo ameaçada dia após dia. Além disso, a problemática necessita ser discutida em um plano nacional, por isso apresentamos a proposta de criação de um Comitê Nacional de Enfrentamento aos Homicídios de Crianças e Adolescentes, e que lhe sejam garantidos os recursos financeiros necessários à sua implementação, com a participação de órgãos públicos e sociedade civil, interagindo para que possamos ter uma política não apenas de governo, mas de Estado, buscando por soluções efetivas para o fim, urgente, da violência letal.

Por que analisar homicídios de crianças e adolescentes no Brasil?

“Se a morte é previsível, ela é prevenível”.
(Comitê Cearense Pela Prevenção de Homicídios na
Adolescência - CCPHA)

O que queremos dizer com HOMICÍDIOS?

Os dados compilados para esta pesquisa foram extraídos do DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde), coletados por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), sendo considerados como homicídios as condutas classificadas pelos grupos da CID 10¹: Agressões X85 a Y09 e Intervenções legais Y35-Y36, e se referem à série histórica compreendida entre os anos de 2009 a 2019.

Este Sistema, amplamente utilizado a partir de 1994 e com alimentação obrigatória pelos municípios brasileiros, possibilita a análise de diversos fatores sobre mortalidade no país, à medida que são inseridos: dados socioeconômicos; local de residência e ocorrência; óbitos fetais e não fetais; condições e causas do óbito; e informações de causas externas, facilitando o subsídio de políticas públicas a partir das evidências geradas, ainda que muitas críticas possam ser feitas a ele (MORAIS; COSTA, 2017).²

Uma importante limitação desses dados precisa ser apontada: os dados já inseridos no Sistema referentes aos anos de 2020 e 2021 são prévios e estão sujeitos a alterações posteriores, considerando os prazos legais para alimentação do sistema, segundo a Portaria nº 116/2009, assim que, dessa forma, nossa análise se limita até o ano de 2019, por questão de confiabilidade nas informações que já passaram por todas as etapas de verificação.

Qual o objetivo desta análise?

Na nota “Sobre a Tradução” inserida no livro “Direito Penal Brasileiro: primeiro volume”, o professor e jurista Nilo Batista demarca o propósito da obra que é apresentada: “(...) um livro comprometido não apenas com a teoria, mas igualmente com a militância que as insurgências dos sistemas penais latino-americanos impõem aos trabalhos universitários que não desejam refugiar-se na torre de marfim”.³ Pois bem, desta forma também apontamos o objetivo central deste texto, que não pretende ser apenas material voltado a elucubrações teóricas, de pesquisadores que não se colocam no campo e não atuam em suas comunidades, mas um documento de ativismo perante uma situação que se tornou mais que intolerável: vemos nossas crianças e adolescentes morrendo, dia após dia.

A Visão Mundial, em sua essência, é uma organização formada por pessoas que estão cotidianamente vivendo as angústias impostas pelas dificuldades apresentadas pela desigualdade social brasileira, que não estão encasteladas em seus muros e em sua “torre de marfim”, mas em conjunto com a população, tornando-as protagonistas da mudança estrutural que é necessária em seus locais de vivência. Assim, os projetos e pautas que guiam nossa atuação são pensados como forma de dar conta desta realidade experienciada.

1. 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças adaptada à realidade brasileira (CID-BR-10), segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade/Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde (SIM/SVS/MS)

2. MORAIS, R.; COSTA, A. Saúde debate, nº 41, mar/2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S09> >

3. ZAFFARONI, E.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume. Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 4ª edição, maio de 2011.

A organização vem se propondo a ser implementadora de iniciativas que pensam a proteção de crianças e adolescentes de forma integral, como o projeto Conexão Escola⁴ que, a partir da criação de Comissões de Proteção nas escolas, busca desenvolver em profissionais da educação um papel essencial para além da educação formal: a identificação de situações de violência que possam comprometer a integridade física e psicológica destas crianças e adolescentes. Através de uma rede protetiva mais articulada, envolvendo também os órgãos de saúde e assistenciais, bem como a própria comunidade no entorno da escola, podemos começar a questionar a violência desde suas primeiras manifestações. Além disso, outro trabalho essencialmente importante realizado pela Visão Mundial é o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP)⁵, uma metodologia criada com foco em “cidadania, voz e ação”, e que foi adaptada para ser trabalhada com adolescentes e jovens. O MJPOP já formou mais de 1.200 adolescentes e jovens, em 52 grupos de 10 estados brasileiros.

A metodologia MJPOP se tornou uma ferramenta de mobilização comunitária com o fim de identificar e analisar os problemas que afetam as comunidades, avaliar os serviços fornecidos a esta (como postos de saúde, escola local, coleta de lixo, saneamento básico), e promover um amplo debate entre comunidade, organizações da sociedade civil e poder público sobre as possíveis soluções, não apenas relativas aos problemas encontrados, mas também às estruturas que os mantêm, tais como as políticas públicas municipais e o recurso destinado a elas.

Nestes projetos, temos uma exemplificação de como a realidade pode ser transformada a partir do envolvimento integrado de muitas esferas sociais, que deixem de lidar com o problema da violência apenas pelo campo da Segurança Pública. Iniciativas normativas que buscam apenas ampliar o acesso às armas de fogo ou o recrudescimento de leis penais não são a resposta para uma sociedade menos violenta, pelo contrário, são medidas já discutidas em inúmeros estudos como pouco efetivas e ainda mais danosas à construção de uma cultura de paz a todos, e principalmente às nossas crianças e adolescentes.⁶

Crianças e adolescentes devem ser entendidos como sujeitos de direitos e precisam que lhes seja garantido futuro no qual sejam respeitados seus direitos, previstos no Artigo 227 da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

4. <https://visaomundial.org.br/conexao-escola>

5. <https://visaomundial.org.br/mjpop>

6. Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2013, evidenciou-se que nos 14 anos anteriores ao Estatuto do Desarmamento, os assassinatos por tiro no Brasil subiram 5,5% anualmente. Nos 14 anos seguintes, passaram a subir apenas 0,85% a cada ano. Também indicou que, cada vez que o número de armas de fogo em circulação no país sobe 1%, a taxa de homicídios se eleva em 2%. Vide: < <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/mapaarmas.pdf> >

Este trabalho propõe-se a ser então, não apenas um material voltado a apresentar os dados de homicídios, mas ser também um documento possibilitador de uma abertura de diálogo para pensarmos a trajetória de vida dessas crianças e adolescentes, que culmina na mais grave de todas as violações: seus assassinatos. Precisamos ser capazes de discutir o tema com profundidade, articulado com outros campos sociais, e não apenas voltado a criminalizações e vitimizações.

É essencial partirmos de uma perspectiva que possa articular e mobilizar a sociedade e o poder público em torno do tema, tornando-o uma prioridade na agenda política, e na qual possam ser desenvolvidas estratégias realmente efetivas para a reversão deste quadro assustador de violência letal em uma população já marcada por inúmeras vulnerabilidades e invisibilidades no que tange ao respeito às suas garantias fundamentais.

Apenas quando tornamos uma problemática visível, qualificável e quantificável, somos capazes de agir sobre ela. Assim, este é um convite a todas e todos que desejam mudar esta realidade. Vamos juntos?

Análise dos dados sobre homicídios na infância e adolescência no Brasil, entre 2009 e 2019

Metodologia

A análise se baseou em dados de homicídios com recorte de idade entre 10 a 19 anos, realizando recortes de gênero, raça e localização geográfica, com fins de compreender a dinâmica dos homicídios na infância e adolescência, suas principais vítimas e onde tais mortes são mais recorrentes no Brasil.

Foram extraídos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Para analisarmos homicídios por meio dos dados da saúde, é necessário filtrar pelos grupos da CID 10⁷: Agressões X85-Y09 e Intervenções legais Y35-Y36. Além disso, os dados também foram filtrados por faixa etária, somando-se a faixa de 10 a 14 com a de 15 a 19 anos. Foram utilizados também dados de projeção da população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por conta do atraso do Censo 2020, optamos por realizar cálculos de projeção para o recorte racial, uma vez que tal informação apenas existia para poucos anos.

TAXA E NÚMERO DE HOMICÍDIOS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - BRASIL (2009-2019)											
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de homicídios (para cada 100 mil pessoas)	24,7	24,9	25,5	29,5	30,6	33,1	32,1	34,7	36,7	30,9	22,3
Número de homicídios	8.230	8.613	8.782	10.076	10.370	11.100	10.633	11.351	11.804	9.781	6.930

Fonte: SIM - DATASUS, Projeção da população IBGE

Taxa e número de homicídios na Infância e adolescência - Brasil (2009 - 2019)



7. 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças adaptada à realidade brasileira (CID-BR-10), segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade/Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde (SIM/SVS/MS)

Os homicídios de crianças e adolescentes vinham crescendo no Brasil desde 2009, chegando a registrar 11.804 mortes em apenas um ano. A partir de 2018 houve quedas acentuadas nesses números, chegando a registrar, em 2019, 6.930 mortes, uma redução de 41,3% em relação a 2017. O pico de mortes de crianças e adolescentes acompanhou o recorde de homicídios na população geral, quando o país registrou, em 2017, 65.602 homicídios.

Taxa de homicídios na Infância e adolescência por Grandes Regiões - Brasil (2009-2019)												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)
Norte	23,8	28,5	28,9	27,9	28,9	29,8	31,7	38,2	39,1	38,2	30,8	29,37%
Nordeste	29,9	32,0	33,2	40,5	41,9	44,8	43,7	46,1	52,7	42,1	29,1	-2,65%
Sudeste	18,7	19,2	19,0	21,2	22,9	25,6	22,2	22,9	22,4	18,5	12,0	-35,84%
Sul	23,5	21,5	20,6	23,1	19,4	19,9	22,0	24,5	22,4	17,9	13,2	-43,71%
Centro-Oeste	26,6	27,2	30,1	36,1	38,5	38,9	37,0	37,8	33,5	27,9	22,5	-15,53%
Brasil	24,7	24,9	25,5	29,5	30,6	33,1	32,1	34,7	36,7	30,9	22,3	-9,72%

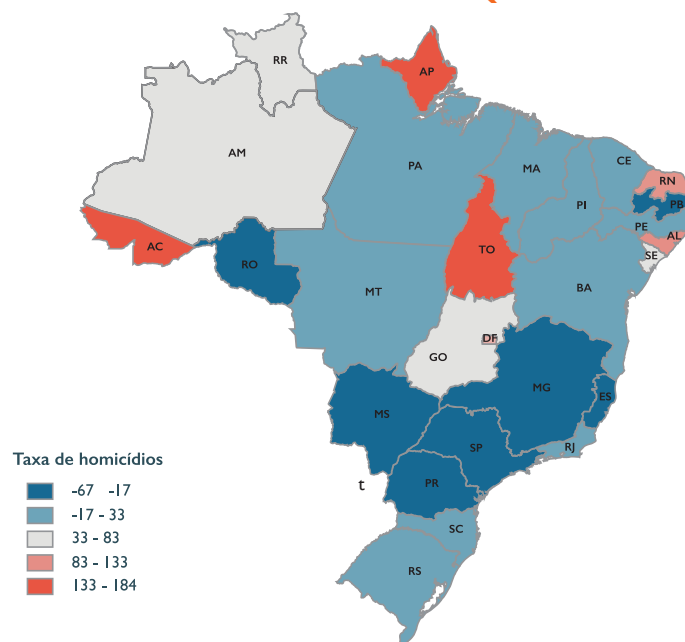
Fonte: SIM - DATASUS, Projeção da população IBGE

No período de 11 anos, quase todas as regiões registraram reduções nas mortes de crianças e adolescentes, exceto a região Norte, que registrou aumento superior a 29%, passando de 23,8 mortes por 100 mil habitantes, para 30,8. A maior redução pode ser vista na região Sul, passando de 23,5 homicídios por 100 mil habitantes para 13,2, uma redução de 43,71%.

Dados de homicídios na Infância e Adolescência no Brasil (2009-2019)												
Estados	Taxa de homicídios anual											Variação (%) ⁸
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Acre	12,5	18,6	13,2	17,4	21,6	22,8	16,2	47,4	70,7	52,8	35,4	183,5
Amapá	24,4	40,2	33,0	39,5	41,5	42,8	38,9	64,1	49,9	62,9	67,4	176,4
Tocantins	11,1	14,3	15,3	17,8	16,4	22,6	26,1	34,5	33,4	28,9	27,5	147,7
Rio Grande do Norte	21,8	22,9	33,1	41,7	51,6	57,1	55,6	62,8	75,0	64,1	40,1	83,6
Sergipe	18,8	20,0	29,8	33,0	38,5	45,5	54,9	69,5	55,1	43,3	33,7	79,0
Roraima	17,8	16,0	11,0	20,0	21,0	19,0	18,0	14,0	37,0	83,9	31,0	73,9
Amazonas	18,4	22,3	33,8	24,8	26,7	25,3	30,8	28,9	30,5	30,3	30,6	66,4
Goiás	22,5	26,9	32,8	43,0	45,3	44,1	48,6	49,7	48,5	41,4	31,0	37,5
Maranhão	12,0	12,4	11,4	15,1	20,7	23,4	27,3	25,9	24,1	19,8	15,8	31,6
NORTE	23,8	28,5	28,9	27,9	28,9	29,8	31,7	38,2	39,1	38,2	30,8	29,4
Piauí	8,5	5,8	9,0	11,6	14,2	21,3	21,0	21,4	16,9	12,9	9,4	10,6
Pará	30,1	36,0	34,0	33,4	34,7	35,2	36,2	44,2	43,2	41,6	31,4	4,5
Ceará	22,3	28,8	31,1	52,3	60,5	64,8	51,9	42,5	67,7	56,3	23,1	3,5
NORDESTE	29,9	32,0	33,2	40,5	41,9	44,8	43,7	46,1	52,7	42,1	29,1	-2,7
Bahia	41,5	43,1	39,7	48,4	44,3	44,8	44,2	55,0	58,4	49,4	40,3	-2,9
Rio Grande do Sul	17,8	15,8	16,2	18,4	17,7	19,0	25,4	30,4	29,5	23,8	16,5	-7,4
Mato Grosso	21,0	21,8	21,6	25,8	31,6	30,7	27,9	29,1	22,8	18,0	19,0	-9,7
Santa Catarina	11,3	11,0	10,1	12,3	10,2	12,9	11,7	13,1	14,2	11,0	9,8	-13,4
Rio de Janeiro	29,9	34,7	29,8	28,2	36,9	44,6	37,2	48,9	50,0	48,4	25,6	-14,3
CENTRO-OESTE	26,6	27,2	30,1	36,1	38,5	38,9	37,0	37,8	33,5	27,9	22,5	-15,5
Pernambuco	41,0	34,9	35,5	35,2	29,1	35,1	44,6	46,9	60,5	42,5	34,6	-15,7
Alagoas	47,0	63,3	69,2	71,1	79,2	75,0	62,1	64,5	64,8	45,6	31,1	-34,0
SUDESTE	18,7	19,2	19,0	21,2	22,9	25,6	22,2	22,9	22,4	18,5	12,0	-35,8
Minas Gerais	19,7	18,5	21,6	26,3	25,9	26,0	24,1	23,8	21,2	15,4	11,8	-40,4
Paraíba	32,9	38,1	42,2	46,0	44,6	44,0	38,4	36,8	33,6	27,6	18,6	-43,6
SUL	23,5	21,5	20,6	23,1	19,4	19,9	22,0	24,5	22,4	17,9	13,2	-43,7
Espírito Santo	62,3	60,3	62,9	62,4	68,5	70,5	57,7	47,6	53,8	37,1	33,0	-47,0
São Paulo	9,8	9,7	9,5	12,1	11,8	14,0	12,1	10,0	9,6	6,7	4,9	-49,8
Rondônia	24,7	20,5	15,2	18,6	15,5	19,6	24,3	23,7	23,1	14,5	11,1	-55,2
Mato Grosso do Sul	26,6	19,8	18,5	21,8	20,3	28,0	19,2	17,2	15,6	15,6	11,2	-57,7
Distrito Federal	44,3	42,2	46,3	47,4	49,4	47,8	38,6	40,9	29,0	20,4	18,0	-59,5
Paraná	36,2	32,8	30,9	33,8	26,4	24,9	24,8	25,7	20,4	16,4	12,1	-66,6

8. A coluna "Variação" refere-se à diferença percentual obtida entre as taxas de homicídios dos anos de 2019 e 2009 ($V_2 - V_1 / V_1 \times 100\%$).

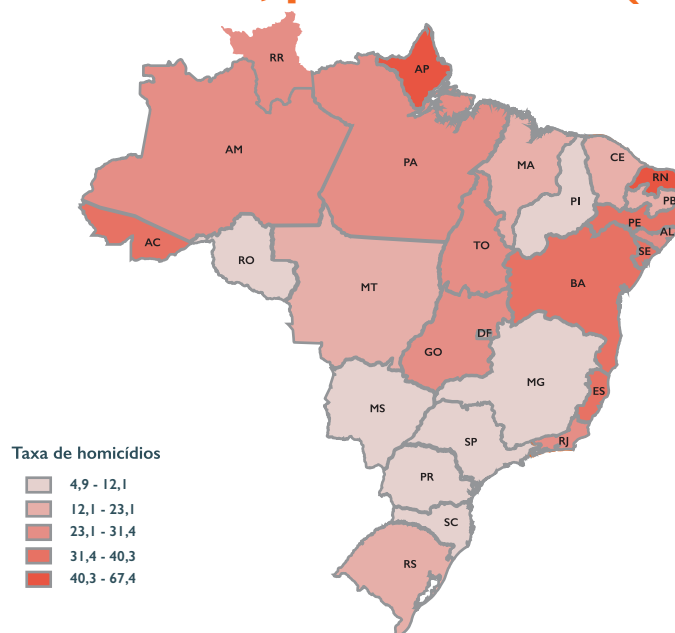
Variação nas taxas de homicídio por UF em dez anos - Brasil (2009 - 2019)



Fonte: SIM - DATASUS, Projeção da população IBGE

No período de 11 anos (2009 a 2019), houve grande variação nas taxas de homicídios de crianças e adolescentes nos estados brasileiros. O Acre registrou aumento de 183%, passando de uma taxa de 12,5 por 100 mil habitantes em 2009 para 35,4 em 2019. No outro extremo temos o Paraná, que registrou diminuição de 66%, passando de uma taxa de 36,2 por 100 mil habitantes em 2009 para 12,1 em 2019. Das 27 Unidades Federativas (UFs), 15 registraram reduções e 12 registraram aumento.

Taxas de homicídio na infância e adolescência, por UF - Brasil (2019)



Fonte: SIM - DATASUS, Projeção da população IBGE

Em 2019, os estados que registraram as maiores taxas de homicídios de crianças e adolescentes foram o Amapá (67,4), a Bahia (40,3), o Rio Grande do Norte (40,1) e o Acre (35,4). Nota-se o predomínio de estados das regiões Norte e Nordeste na lista dos mais violentos para crianças e adolescentes. Por outro lado, os estados que registraram as menores taxas foram São Paulo (4,9), Piauí (9,4), Santa Catarina (9,8) e Rondônia (11,1).

Ranking de municípios com mais de 100 mil habitantes por taxa de homicídios de crianças e adolescentes (2019)		
Município	Número de homicídios de crianças e adolescentes	Taxa de homicídios de crianças e adolescentes por 100 mil habitantes
Salvador	260	66,3
Duque de Caxias	72	50,2
Natal	63	49,6
Jaboatão dos Guararapes	51	49,2
Maceió	77	48,9
Manaus	159	47,5
São Gonçalo	67	45,3
Belém	88	38,9
Recife	84	37,2
Porto Alegre	68	36,4
Fortaleza	146	36,4
Goiânia	69	35,1
João Pessoa	37	33,2
São Luís	55	31,9
Teresina	29	21,5
Brasília	81	19,7
Belo Horizonte	55	16,9
Curitiba	41	16,5
Rio de Janeiro	115	13,4
Nova Iguaçu	15	11,2
Campinas	12	8,1
Campo Grande	10	7,9
Guarulhos	12	6,0
São Bernardo do Campo	5	4,6
São Paulo	58	3,7

Fonte: SIM - DATASUS, Projeção da população IBGE

No ranking dos municípios com mais de 100 mil habitantes e mais violentos para crianças e adolescentes, as regiões Norte e Nordeste têm o maior número de representantes, somando 11. A cidade com a maior taxa de homicídio de crianças e adolescentes em 2019 foi Salvador, com o total de 260 mortes naquele ano, uma taxa correspondente a 66,3 por 100 mil habitantes. Além da capital da Bahia, as capitais de Rio Grande do Norte, Alagoas, Amazonas, Pará, Pernambuco e Ceará também se encontram nas primeiras colocações do ranking de taxas de homicídios de crianças e adolescentes.

Homicídios de crianças e adolescentes por sexo (%) - Brasil (2009-2019)												
Sexo	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Masculino	92	92	91	92	93	93	94	94	93	93	93	93
Feminino	8	8	9	8	7	7	6	6	7	7	7	7
Ignorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIM - DATASUS

Assim como na população em geral, os meninos são as maiores vítimas dos homicídios, sendo 93% dos casos de mortes de 2009 a 2019. Essa proporção não se altera de forma relevante com o tempo.

Homicídios de crianças e adolescentes por cor (%) - Brasil (2009-2019)												
Cor/raça	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Branca	23	22	21	20	19	19	19	19	17	16	17	19
Negra*	71	72	73	73	73	75	75	77	81	81	81	76
Amarela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ignorado	6	6	6	7	8	6	5	4	2	2	2	5

Fonte: SIM - DATASUS*

A classificação negra compreende o somatório entre pessoas pretas e pardas

Em relação à cor, as crianças e adolescentes negras são as mais vitimadas, sendo 76% de todas as mortes ocorridas em 11 anos. Crianças e adolescentes brancas são 19% das vítimas. Nesse quesito é importante pontuar que a proporção de crianças e adolescentes negras mortas está aumentando no decorrer do tempo: em 2009, as negras eram 71% das vítimas enquanto em 2019 eles passaram a ser 81%. Isso ocorre ao mesmo passo que a proporção de vítimas brancas tem se reduzido ao passar do tempo: em 2009 eram 23% das vítimas de homicídios e em 2019 passaram a responder por 17% das mortes violentas nessa faixa etária.

Anexos

Total de homicídios de crianças e adolescentes por sexo - Brasil (2009-2019)												
Sexo	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Masculino	7.568	7.899	8.024	9.279	9.596	10.342	9.942	10.696	11.022	9.093	6.428	99.889
Feminino	662	714	756	797	774	757	691	654	782	687	501	7.775
Ignorado			2			1		1		1	1	6
												107.670

Fonte: SIM - DATASUS

Total de homicídios de crianças e adolescentes por cor - Brasil (2009-2019)												
Cor/raça	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Branca	1.883	1.855	1.805	1.994	1.984	2.072	1.997	2.112	2.017	1.610	1.168	20.497
Negra*	5872	6220	6435	7312	7556	8275	8004	8.774	9513	7930	5621	81.512
Amarela	2	10	4	4	3	17	17	19	12	12	11	111
Indígena	14	19	17	29	22	30	33	40	38	35	21	298
Ignorado	459	509	521	737	805	706	582	406	224	194	109	5.252

Fonte: SIM - DATASUS

*A classificação Negra compreende o somatório entre pretos e pardos

Total de homicídios de crianças e adolescentes por UF - Brasil (2009-2019)												
UF	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Rondônia	81	65	48	59	49	62	77	75	73	46	35	670
Acre	22	31	22	29	36	38	27	79	118	88	59	549
Amazonas	146	173	262	192	207	196	239	224	236	235	237	2.347
Roraima	19	16	11	20	21	19	18	14	37	84	31	290
Pará	506	592	559	549	571	579	595	727	710	684	517	6.589
Amapá	40	62	51	61	64	66	60	99	77	97	104	781
Tocantins	34	41	44	51	47	65	75	99	96	83	79	714
Maranhão	177	177	162	215	295	334	390	370	344	282	226	2.972
Piauí	52	36	56	72	88	132	130	133	105	80	58	942
Ceará	379	494	534	898	1.039	1.113	891	729	1.162	966	397	8.602
Rio Grande do Norte	132	137	198	250	309	342	333	376	449	384	240	3.150
Paraíba	234	271	300	327	317	313	273	262	239	196	132	2.864
Pernambuco	684	584	593	589	486	586	746	784	1.011	710	578	7.351
Alagoas	307	418	457	469	523	495	410	426	428	301	205	4.439
Sergipe	80	83	124	137	160	189	228	289	229	180	140	1.839
Bahia	1.073	1.164	1.074	1.308	1.197	1.212	1.196	1.487	1.578	1.336	1.090	13.715
Minas Gerais	666	639	746	908	894	898	831	823	731	532	406	8.074
Espírito Santo	384	369	385	382	419	431	353	291	329	227	202	3.772
Rio de Janeiro	779	905	777	735	962	1.163	972	1.276	1.304	1.263	668	10.804
São Paulo	658	654	641	816	792	938	811	671	642	452	331	7.406
Paraná	658	611	575	630	491	463	462	478	380	306	225	5.279
Santa Catarina	125	119	109	133	110	139	126	141	153	119	106	1.380
Rio Grande do Sul	307	279	286	324	312	335	447	535	519	419	290	4.053
Mato Grosso do Sul	125	90	84	99	92	127	87	78	71	71	51	975
Mato Grosso	122	125	124	148	181	176	160	167	131	103	109	1.546
Goiás	246	290	354	464	488	476	524	536	523	446	334	4.681
Distrito Federal	194	188	206	211	220	213	172	182	129	91	80	1.886
NORTE	848	980	997	961	995	1.025	1.091	1.317	1.347	1.317	1.062	11.940
NORDESTE	3.118	3.364	3.498	4.265	4.414	4.716	4.597	4.856	5.545	4.435	3.066	45.874
CENTRO-OESTE	687	693	768	922	981	992	943	963	854	711	574	9.088
SUDESTE	2.487	2.567	2.549	2.841	3.067	3.430	2.967	3.061	3.006	2.474	1.607	30.056
SUL	1.090	1.009	970	1.087	913	937	1.035	1.154	1.052	844	621	10.712
BRASIL	8.230	8.613	8.782							9.781	6.930	107.670

Fonte: SIM - DATASUS

Viver em locais marginalizados: adolescentes marcados pela violência cotidiana

Favela, Favela... Becos e Vuelas! - Potencialidades que são vetadas por uma falha sistemática (proposital). Uma abordagem social do jovem negro periférico

por Ronald Castro⁹

É nesse aglomerado de casas, mais conhecido como favela, que crianças e adolescentes são vítimas do sistema. São vetadas de crescer, conquistar, sonhar, brincar e até mesmo sorrir. São mortas, tendo suas vidas ceifadas por um sistema que estruturalmente foi elaborado para que tiremos a vida uns dos outros.

Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, há mais pessoas se declarando pretas e pardas no Brasil. Esse grupo subiu para 50,7%, enquanto, no Censo anterior, na década de 2000, representava 44,6% do total da população brasileira.

Historicamente, os negros e negras são remetidos a condutas negligentes, tendo como exemplo o período escravocrata, onde o Brasil foi um dos últimos países a “abolir” essa conduta que se perpetuou por aproximadamente 400 anos. Deploravelmente, uma ação que se tornou paradigma estrutural na construção social moderna.

Há pouco mais de 133 anos de uma falsa liberdade, a sociedade continua criando e reproduzindo atitudes e ações que fomentam o descaso com o povo preto, tendo seus grupos afetados, sendo um desses grupos o de jovens. É esse que mais morre no Brasil, já que a cada 23 minutos um jovem negro é morto, por ações truculentas e por falta de políticas de reparação e conscientização assertivas.

Fazendo um recorte mais rebuscado, muitos desses jovens, ou melhor, “JovensCriançasAdolescentes” não chegam aos seus 20 anos de idade. Viram para muitos uma simples estatística social, isso quando computada. Acabam se tornando somente saudade para seus familiares, que também são impactados indiretamente e até mesmo diretamente por essa brutalidade.

O número de homicídios de adolescentes do sexo masculino no Brasil é maior, inclusive, do que em países afetados por conflitos, como Síria e Iraque. Em 2015, 11.403 adolescentes de 10 a 19 anos foram assassinados no Brasil, dos quais 10.480 eram meninos. No mesmo período, na Síria, um total de 7.607 meninos morreram, a maioria em decorrência da guerra. No Iraque, foram registradas 5.513 mortes de meninos no mesmo período, em decorrência da violência. Caso não haja mudanças significativas no país, 43 mil adolescentes de 12 a 18 anos serão mortos no Brasil entre 2015 e 2021, de acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA, 2014)¹⁰.

Serão muitas mães chorando, muitos sonhos perdidos. Reforço em meus discursos que a arte e a educação são pilares de transformação para a sociedade. Compreendendo que todo tipo de política pública é incisiva, se pensada e aplicada da forma correta, já que os ventos da juventude percorrem transversalmente todos os setores.

Eu, em plenos 25 anos de idade, continuo agradecendo e lutando por não ser uma estatística, e contribuindo como posso para a mudança dessa realidade. Ainda não sou pai, mas a aflição para com os meus irmãos de sangue (23 e 15) ou até mesmo irmãos de raça, são constantes. O Registro Geral (RG) é uma arma contra a impunidade, isso quando temos tempo de dizer quem somos ou o que estamos fazendo.

9. Ronald Castro é Presidente do Conselho Estadual de Juventudes da Bahia, Arte-Educador, Produtor Cultural e é Integrante do grupo de MJPOP Jovens Ativistas, localizado no bairro de Sussuarana, na cidade de Salvador - BA.

10. <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/homicidios-na-adolescencia-no-brasil-ih-2014>

A vida dos adolescentes das periferias é marcada por uma enorme falta de oportunidades que os torna cada vez mais vulneráveis à violência letal. Além de manter os investimentos na primeira infância, é hora de o Brasil investir igualmente na segunda década de vida. Não somos carência, somos potência. E acreditar nesse potencial, é o primeiro passo para redução desse impacto.

“Eu sou preto, da favela e com orgulho de onde venho. Amo minhas raízes e por elas tenho muito respeito e admiração. Escrevo isso hoje pra provar que minha mente é destemida de ilusão. Pobres coitados, muitos andam sendo alienados, e pelo sistema são manipulados. Para! Olha pra mim, não sou mais um e você vai concluir. Minha luta é pra valer e desse jeito vou além. Destruindo o preconceito de tudo que me constrange. CALA A BOCA falante, conhecimento é o que falta. Nem todo mundo na periferia segura uma arma”.

CASTRO, Ronald.

Viver a resistência I: histórias de mães que perderam seus filhos assassinados

A morte violenta de crianças e adolescentes traz como uma de suas graves consequências a dor e o luto, componentes que passam a guiar a vida dos familiares das vítimas, principalmente das mães. Dessa forma, trazemos os relatos de duas mães que perderam seus filhos para a violência policial, e logo se viram protagonistas de uma luta pela responsabilização e pelo reconhecimento do poder público pelas mortes de seus filhos e que, por meio da coletividade e da união com outras mulheres, buscam garantir que outras mães não tenham que vivenciar a mesma história de horror e desamparo.

Os traumas gerados por um evento trágico deixam marcas profundas que, conforme relatos abaixo, são tratados, frequentemente, com o uso de remédios. Longe de assumirmos aqui qualquer perspectiva antimedicaamentosa, torna-se importante, contudo, exaltar o poder de união entre essas mulheres que tomam para si, muitas vezes, a batalha de cobrar das autoridades a investigação dos assassinatos de seus filhos; de denunciar pessoas e coletar provas; e ainda, de gerirem a própria cura e lidarem com o sofrimento, que passa a ser compartilhado nos coletivos formados. Além disso, vale ressaltar que, ao exaltá-las, não buscamos retirar a responsabilidade dos entes que são os reais responsáveis pelo processo de investigação, denúncia e também de assistência e cuidado, mas apenas refletirmos no quanto os coletivos formados rompem o círculo de isolamento e criam formas alternativas de lidar com o luto, baseadas na solidariedade social.

Importa dizer ainda que estas falas não necessariamente expressam a opinião da Visão Mundial, que tem também o papel de criar pontes para o diálogo e a articulação entre as mães, as vítimas de violações e o Estado. Além disso, os textos não foram modificados pela organização, pois entendemos como legítima a fala que nasce em meio à experiência da dor e do sofrimento imposto pela desigualdade e por práticas e procedimentos que parecem se distanciar da imparcialidade e lisura exigidas na esfera pública.

Cabe lembrar que a organização se manifesta no sentido de reivindicar a responsabilização dos autores dessas violações como forma de reparação e de dar uma resposta aos familiares, e com isso, impedir que novos casos aconteçam. Porém, ainda resta salientar que não advogamos por uma cultura punitivista, por não acreditarmos que uma sociedade pactuada pela paz passe pelo recrudescimento penal.

Depoimento de Edna Carla, fundadora do Movimento Mães da Periferia de Vítima Por Violência Policial do Estado do Ceará

Sou Edna Carla, mãe do adolescente Álef, morto na chacina do Curió no ano de 2015, em Fortaleza, Ceará. Essa chacina foi provocada por policiais militares, onde 11 pessoas foram mortas no total, na sua maioria, adolescentes.

Desde 2015 venho lutando por justiça, e essa luta nos consome muito. Além de lidar com a dor, lidamos também com a injustiça, e isso causa precariedades na nossa saúde mental e física.

Eu costumo dizer que o Estado enterra nossos filhos e deixa a nossa cova aberta, para nos enterrar em seguida. Então cabe a nós gladiar contra o Estado para nos mantermos vivos e com saúde, para fazer justiça pelos nossos filhos.

Desde o acontecido, existem noites que não consigo dormir direito e as outras noites, não durmo de jeito nenhum. Isso vem intercalando: uma noite mal dormida e outra não dormida.

Já faz quase seis anos desse desgaste, que poderia ter sido evitado, caso tivéssemos uma política de proteção à pobreza, então nossos filhos não teriam sido mortos por essa polícia assassina e comprada pela burguesia.

Hoje temos o coletivo Mães da Periferia de Vítima Por Violência Policial do Estado do Ceará, que abriga mais de 11 mães – muitas delas não querem entrar, por medo de se expor.

Temos Dona Marciana, mais conhecida como dona Dinha. Ela é de Redenção, uma cidade na zona metropolitana de Fortaleza. Em 2017, a polícia matou Everton, seu filho. Quando fui ao seu encontro, por meio de um amigo de Everton, dona Dinha não falava nada, se sentia abandonada e com uma dor que dilacerava seu coração. Hoje dona Dinha, com o nosso apoio, já se sente um pouco mais segura.

Temos também, Tânia, mãe do adolescente Juan. Depois da polícia matar seu filho, Tânia só consegue dormir à base de medicações.

Dona Regina teve seu filho assassinado pela a polícia dentro de sua casa, às 21h. Quando a polícia matou, perguntou se era “o Henrique”, e ela chorando, pedindo que a matasse, disse que o nome do filho dela era Rafael. Essa também só dorme medicada, ela atribui a força à religião, e agora ao coletivo, onde está sendo apoiada.

Dona Margarida, que mora em Maracanaú, uma cidade na zona metropolitana de Fortaleza, teve seu filho desaparecido pela polícia, segundo ela, a mando do dono do posto de gasolina que ele trabalhava, em setembro de 2015. Nunca foi encontrado. Depois, ela ficou sabendo que eles mataram o jovem João Paulo, mais conhecido como frentista. Essa também passou por bocados ruins, até chegar no nosso movimento. Hoje ela se sente apoiada, segundo seus comentários quando se refere ao coletivo.

Temos dona Francisca, uma idosa. Em 2014, seu filho, Tico da Maraponga, mais conhecido como o pedreiro¹¹, vinha almoçar na casa de sua mãe, quando a polícia resolve colocá-lo na viatura e espanca-lo até a morte.

11. Francisco Ricardo, conhecido como Tico da Maraponga, era pedreiro e foi morto em 13 de fevereiro de 2014.

Depois das denúncias, os mesmos socorreram a vítima já sem vida, mas antes de socorrê-lo, foram lavar a viatura no lava-jato da família. Dona Francisca não tinha mais nenhum ânimo de viver, porque até agora nada foi feito. As próprias filhas dela dizem que, depois que ela entrou no coletivo, ela reacendeu a alegria de continuar lutando por seu filho. Essa também toma seus medicamentos para sobreviver.

Sandra, a filha dela e um outro jovem foram mortos na chacina do Bairro Ellery em 2013: Igor e Ingrid. Esta jovem deixou uma filha de 1 ano e oito meses, que ainda mamava. Essa criança luta pela justiça da sua mãe. Sandra passa o dia inteiro dopada, porque os policiais foram absolvidos. O coletivo é a única força que encontra, segundo ela.

Temos Neusa. O filho dela, Miguel, foi morto no sítio em Quixadá, uma cidade do interior da região central do Ceará. Ela também estava abandonada, ninguém nem ouvia falar do acontecido, só na época mesmo, mas agora está tendo toda atenção para o caso do seu filho. Ela também adquiriu pressão alta por conta da morte do seu filho, sem solução até então.

Leidiane, mãe do adolescente Mizael, de 13 anos, que foi morto pela polícia na casa de sua tia, enquanto dormia, no interior do Ceará, em Chorozinho. Essa mãe desencadeou sérios problemas, tentou se matar, enfim.... Várias situações muito difíceis, mas hoje ela está sendo cuidada pelo movimento. E o Estado, a vontade é de internar todas nós como loucas.

Dona Erilene é a mais recente. O adolescente Wesley, no Carnaval desse ano, estava numa garupa da moto de outro adolescente jogando ovos na garotada. Isso foi o motivo para que a polícia viesse matar com um tiro nas costas, alegando que o jovem estava com uma arma, e que matou para se defender. Essa mãe, eu já cheguei bem no início da dor dela, ela agradece o grupo pelo apoio. Como as demais, tem suas consequências da dor.

Temos aqui o Auricelio, mais conhecido como o cabeleireiro, mas a única que fazia parte do grupo era sua irmã, a mesma saiu. Vou buscá-la para ela retornar, estou marcando para lhe fazer uma visita nesses dias.

Então, encerrando, eu luto para libertar essas mães, como eu sou uma delas, de tomar medicamentos, eu só tomo remédio para pressão alta, que tenho desde 2014. Porque eu penso que só iremos conseguir destruir o Estado se estivermos bem psicologicamente. Ninguém vence um inimigo deitado ou dormindo, se vence de pé e olhando dentro do olho dele.

Agradeço às Mães de Maio, na pessoa de Débora, pelo apoio que nos tem dado.

Depoimento de Débora, fundadora e coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio

Meu nome é Débora, fundadora e coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio.

Foi no ano de 2006 que dei início ao Movimento, a partir dos ataques ocorridos na Baixada Santista, encabeçados por agentes da segurança pública do Estado de São Paulo.

Nesses ataques, quase 600 pessoas foram assassinadas em todo o Estado, entre elas estava meu filho Edson, à época com 29 anos. Sua morte até hoje permanece sem investigação e sem explicação por parte do Estado.

Na ocasião, movida por uma força inexplicável, parti em busca de outras mães que tinham perdido seus filhos naqueles dias dolorosos e vergonhosos, principalmente porque nossa democracia engatinhava, na tentativa de nos livrar do espectro do regime ditatorial, considerando que essas práticas eram comuns durante aquele período.

Nos 15 anos passados desde que iniciei a nossa luta, nós, mães, ainda buscamos por justiça pelas mortes de nossos filhos naquele ano e nos anos seguintes, porque infelizmente essas mortes não pararam, elas permanecem ocorrendo nos quatro cantos do país.

A violência causada pelos agentes de segurança tem como resultado a impunidade decorrente dos crimes de maio de 2006 porque o Ministério Público não se coloca como ouvinte da população, não permite que a população seja partícipe na busca de soluções que possam colocar fim a essa violência.

O que vemos ao longo dos anos é uma reprodução dos crimes ocorridos naquele ano e os indicadores de violência podem comprovar isso, pois a falta de punição, de investigação não permitem que sejam dadas respostas, não permitem que se faça justiça.

Nós, mães, temos clareza de que o Ministério Público oferece muita resistência em fazer um controle externo da polícia. Nos anos que se passaram desde então, são reiteradas as nossas reivindicações e afirmo que já indicamos o caminho para que medidas sobre isso sejam tomadas.

No entanto, reconhecemos que houve alguns avanços, considerando os programas implementados pelo Ministério Público, por exemplo, no combate ao racismo, que considero um legado permanente da nossa colonização, porque o racismo estrutural existe.

Se a violência de antes era praticada no asfalto, nos últimos quarenta anos é praticada nas periferias e favelas de todo o país contra a classe trabalhadora, principalmente contra a juventude pobre e preta. Isso demonstra que estamos perdendo nossos jovens e não posso deixar de reafirmar que, por exemplo, o Cemitério São Luís, em São Paulo, é o local onde mais se enterram jovens no país.

Diante disso, nós, mães, não vemos outra alternativa a não ser clamar pela vida desses jovens que não têm um programa que permita que eles saiam da condição de vulnerabilidade, que possa tirá-los da crescente desigualdade.

Sempre apelamos aos intelectuais, para que possam, em seus estudos, apontar alternativas para implementação de políticas públicas que deem um basta na matança e encarceramento em massa, e

também aos desaparecimentos forçados dos nossos filhos, dos nossos jovens, que são o futuro do país.

Tão grave quanto os assassinatos são os desaparecimentos forçados, que não são computados como homicídios, mas entende-se que, nesses desaparecimentos, os nossos filhos simplesmente somem. Jamais retornam para casa e, sem nenhuma explicação, temos que aceitar suas ausências.

Nós compreendemos que, em relação a isso, é evidente que existe um projeto no Brasil. Um projeto que se caracteriza pela implementação das chacinas. É alarmante a barbárie produzida pelo sistema de justiça “negacionista”, que age com dois pesos e duas medidas.

Diante de fatos graves como o que estamos vivendo, é importante frisar que se torna urgente uma reforma do judiciário. Porque o que se evidencia nos julgamentos é que a aplicação das leis beneficia somente uma classe social – branca e abastada – em detrimento da classe pobre e preta, contrapondo o direito para todas e todos.

Afirmo isso porque os magistrados são, na maioria, homens brancos e é inegável que as leis são aplicadas a partir da cor da pele das pessoas, com a evidente intenção do controle desses corpos, vistos como indesejáveis para a elite branca.

Ações como estas criminalizam, comprometendo o futuro e destino dos nossos jovens, levando em conta que o sistema de justiça, ao aplicar as leis beneficiando a elite burguesa, vem reproduzindo a condição que permanece desde o império. Ou seja, a segurança pública nada mais é que uma política criada para proteger a propriedade privada e esse é o papel que a polícia desempenha, eliminando nossos filhos.

Isso demonstra que nossa constituição vem sendo violada, categoricamente, a cada 23 minutos¹² e isso é inaceitável! A aplicação das leis que deveriam beneficiar toda a população, ao contrário, beneficia uma minoria e aumenta a estatística de quem tem nome e endereço certos. Ou seja, a negação do direito é voltada para aqueles que estão à margem, moradoras e moradores das favelas, agravando ainda mais a violência voltada para a população que vem sendo exterminada pela ponta do fuzil.

Ao Estado, cabe a responsabilização pela violência e por tantas outras violações que estão presentes, a partir do momento que nega os direitos previstos a todas e todos as cidadãs e cidadãos, como a moradia digna, o direito à educação de qualidade, o direito à defesa e segurança. Mas o que nós mães sabemos é que, mesmo pagando nossos impostos como qualquer outro cidadão, recebemos somente as migalhas oferecidas a nós e aos nossos filhos. E por isso dizemos: chega de impunidade.

Para nós, mães, essa impunidade é escancarada e o judiciário, além de fazer vista grossa para as constantes violações que sofremos, também se torna conivente, já que é o responsável por resguardar o cumprimento da legislação.

Nós com certeza continuaremos a colocar todos os nossos esforços sobre a luta contra o apagamento das identidades dos nossos filhos, porque quando nascem, eles têm nome e sobrenome, igualmente a todos os cidadãos. Acredito que o maior violador dos direitos humanos neste país seja o sistema judiciário.

Este é um dos motivos pelos quais insistimos na denúncia aos órgãos competentes, porque a única saída é uma profunda reforma desse sistema. Insistimos em dizer, também, que os direitos são violados desde o momento em que nós, mulheres, decidimos pela maternidade, e a polícia vem para matar nossos filhos

12. O Mapa da Violência, estudo realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) em 2016, identificou que um jovem negro morre a cada 23 minutos no país.

ainda na barriga. Não esqueço de citar o caso da menina Ana Paula, vítima dos crimes de maio de 2006. Grávida de 9 meses, foi assassinada e sua filha na barriga foi outra vítima do Estado genocida, que insiste em executar os nossos filhos e filhas ainda na gestação.

Nesse sentido, não podemos aceitar que o judiciário seja conivente com violações desse porte. Não podemos aceitar que seja pedido o arquivamento de processos sem investigação e sem identificação dos responsáveis por procedimentos de tamanha transgressão aos direitos fundamentais, considerando que o maior deles seja o direito à vida.

Para nós, mães de vítimas pela violência de Estado, consideramos que, diante do genocídio impetrado contra os nossos filhos, não deve haver trégua em exigir que nos sejam dadas respostas sobre os crimes cometidos. Se vivemos em uma democracia, temos que exigir que os direitos sejam igualitários, não que os direitos sejam garantidos a partir da classe social e da cor da pele. Não podemos aceitar que os direitos sejam somente para os ricos, e para os pobres e pretos, moradores das periferias, os direitos estejam na ponta de um fuzil ou no encarceramento.

Nós, mães, não aceitaremos um sistema judiciário classista e racista que deixa a balança da justiça pender somente para um lado, o lado que nos julga pela classe e pela cor. Então, acreditamos que a violência reside aí, estampada na negação de igualdade entre o seu povo.

Viver a Resistência 2: #EuSintoNaPele, estratégias de prevenção e proteção

Nos anos 1990, segmentos da sociedade civil passaram a incorporar em suas agendas a temática da segurança pública. Agências e organizações governamentais foram criadas tendo a violência como foco privilegiado de abordagem, pesquisas e estudos deram maior qualidade de informação às intervenções públicas e os atores políticos assumiram com maior responsabilidade o desafio de lidar com o tema. A partir do ano de 2000, as pautas relacionadas à prevenção da violência contra crianças e adolescentes também ganharam força na agenda da segurança pública. Inicialmente, cabe destacar o quanto a abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é influente para as formas como a questão da adolescência e da juventude vieram a ser tratadas nesse campo.

É nesse contexto que nasce o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), e é anunciada, em 2007, a Agenda Social Criança e Adolescente, como política estratégica para a prevenção e redução das principais formas de violências que afetam a infância e a adolescência no Brasil.

A Agenda Social Criança e Adolescente, baseada no decreto presidencial nº 6.230/2007, estabeleceu o Compromisso Nacional pela Redução da Violência contra a Criança e o Adolescente, tendo como uma de suas diretrizes a valorização do protagonismo de adolescentes no processo de seus direitos e na formulação de políticas públicas.¹³

A partir das diretrizes da Agenda Social, é desenvolvido o Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (PRVL), uma iniciativa coordenada pelo Observatório de Favelas, em conjunto com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro¹³. Infelizmente, as iniciativas desenvolvidas durante esse período não geraram o impacto que era esperado, tendo forte aumento da violência letal contra esse público nos anos seguintes.

É nesse contexto de busca por soluções para a redução da violência que nasce a metodologia de Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP), desenvolvida pela Visão Mundial ao longo dos últimos 13 anos. O MJPOP, como passou a ser conhecido, segue uma das diretrizes da Agenda Social Criança e Adolescente, valorizando o protagonismo de adolescentes e jovens na formulação e no desenvolvimento de políticas públicas que garantam oportunidades de desenvolvimento e a criação de espaços seguros.

Inicialmente, o projeto se deteve no monitoramento de políticas públicas relacionadas à educação, saúde e proteção, promovendo debates nas periferias de 10 estados brasileiros e diálogos permanentes com o poder público local. Durante esse período, foram realizadas diversas ações formativas nas comunidades. Diante da violência constante, por parte de autoridades estatais ou mesmo de grupos armados locais, esses/essas adolescentes e jovens começaram a se organizar em ações de incidência política.

Em 2014, foi realizada a campanha “Mais um Silva”, nascida por conta da prisão injusta de Vinicius da Silva, morador da favela Árvore Seca, no Rio de Janeiro. Vinicius tinha 21 anos, trabalhava como ajudante de pedreiro e ia ao banco com seu irmão quando foi abordado pela polícia. Ele recebeu ordem de prisão, sendo acusado de ter participado de um assalto. Seu irmão, em pânico, largou seu carro e fez questão de acompanhá-lo na viatura, pois em casos recentes moradores da favela tinham desaparecido após serem levados pela polícia.

13. WILLADINO, Raquel (org.). Prevenção à Violência e Redução de Homicídios de Adolescentes e Jovens no Brasil. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2011, p. 9

14. WILLADINO, Raquel (org.). Prevenção à Violência e Redução de Homicídios de Adolescentes e Jovens no Brasil. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2011

Diante do fato, adolescentes e jovens do MJPOP que moravam em vários estados deram início à campanha “Mais uma Silva” exigindo a imediata soltura de Vinicius, pois foi demonstrado que o jovem se encontrava no trabalho na hora da ação delituosa a qual era alegada a sua participação. A repercussão nas mídias mostrou uma juventude organizada que buscava por justiça.

A partir dessa ação em 2015, os grupos levaram até a Câmara dos Deputados mais de 100 mil assinaturas apoiando o Projeto de Lei 4471/2012 que colocaria fim nos “Autos de Resistência”. A partir dessas ações, diálogos começaram a ser desenvolvidos nos encontros nacionais, nascendo, dessa forma, a proposta de intervenção chamada #EuSintoNaPele. Os grupos organizados do MJPOP são formados, em sua maioria (75%), por jovens negros e negras, residentes nas periferias de suas cidades e, sendo os principais alvos da violência, podem também ser os principais promotores de uma outra resposta para esse problema, que não envolvesse uma resposta letal por parte do estado.

Por meio de formações e encontros comunitários, adolescentes e jovens criaram capacidades para construir intervenções que pudessem contribuir com a redução da violência. Foram geradas seis intervenções comunitárias, sendo duas delas no estado de Pernambuco. A maioria buscava responder à violência que as mulheres sofrem nas comunidades em que vivem. Em Alagoas, adolescentes conduziram processos de conscientização sobre a violência psicológica contra as mulheres, em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e escolas do município de Mata Grande. Em Fortaleza, no estado do Ceará, o projeto de intervenção Girl Power, criado por adolescentes da comunidade do Santa Maria, permitiu que adolescentes e jovens passassem a acessar os espaços públicos orientando sobre canais de denúncia de violências e distribuindo material informativo. A ação buscou parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza para que, em conjunto, pudessem elaborar estratégias que reduzissem o alto índice de violência contra as mulheres na comunidade. Infelizmente, a pandemia de Covid-19 não permitiu a conclusão dessa ação. Na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, adolescentes implementaram as ações de sua intervenção no ano de 2020, e ampliaram a atuação para outras comunidades da cidade. Cabo de Santo Agostinho possui um dos maiores índices de violência letal contra adolescentes no Brasil.

O jornalista Francisco Rômulo Silva e o sociólogo Geovani Jacó de Freitas, no artigo *Práticas Poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza*, nos lembram que “é preciso criar formas de existências em face de uma política de morte. Um jogo entre o falar existência, sobreviver, ser visto e ouvido. Criar é, portanto, re-existir”¹⁴¹⁵. As iniciativas do poder público nos últimos anos nem sempre responderam da melhor forma aos problemas enfrentados por crianças e adolescentes vivendo em comunidades vulneráveis.

Diante dessa ausência de ação, iniciativas como o #EuSintoNaPele demonstram que têm sido criadas formas de existência e re-existência, provando que são fundamentais na resolução dessa problemática que atravessamos ano após ano. A melhor forma de elaborarmos programas de redução da violência é com a participação popular, observando as ações que já são desenvolvidas nos territórios. Adolescentes e jovens são uma inspiração para retomarmos a agenda política que coloque no centro crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e com eles e elas possamos construir o lugar de paz e segurança que tanto almejamos.

15. SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento. FREITAS, Geovani Jacó. *Práticas Poéticas: Juventude, Violência e Insegurança em Fortaleza*. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 14, n. 26, p. 129-155, 2018

Repensar as estratégias do poder público: Comitê de Combate e Prevenção à Violência - uma trajetória de mobilização pelo direito à vida de adolescentes

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência foi instituído em dezembro de 2015, tendo iniciado seus trabalhos no âmbito da Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) em janeiro de 2016, com o intuito de compreender a complexidade das causas das mortes de adolescentes no estado, buscando superar narrativas simplistas que atribuem a razão da morte às próprias vítimas. No ano de 2019, foi vinculado à Comissão de Direitos Humanos e rebatizado para Comitê de Combate e Prevenção à Violência (CPCV).

Em uma breve contextualização e resgate histórico, em termos estatísticos, observa-se que a violência letal não se agravou de um ano para o outro. Temos ao longo das duas últimas décadas (de 2000 a 2019) o registro de 54.458 casos de homicídio no Ceará, dos quais 10.560 (19,39%) tinham como vítimas adolescentes de 10 a 19 anos de idade (CPCV, 2020)¹⁶. Essas trajetórias de vida perdidas justificam o esforço institucional do CPCV, que há 5 anos atua como instância de estudo, debate e mobilização, congregando diversos atores e instituições em prol da vida de meninos e meninas de 10 a 19 anos, a segunda década de vida.

O período etário acima traduz o conceito de adolescência em nossas pesquisas com base em diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef). Este último tem sido um parceiro de primeira ordem, juntamente com o programa Ceará Pacífico, o Fórum Permanente das Organizações Não-Governamentais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA).

Assim, temos como objetivo desta escrita descrever os eixos de trabalho do Comitê que impactaram na construção de ações de prevenção em diversos âmbitos do poder público e da sociedade civil organizada, a partir da produção de recomendações geradas pelas pesquisas de campo e monitoramento de dados.

O Comitê de Combate e Prevenção à Violência (CPCV) possui seis eixos de trabalho, elencados da seguinte forma:

1. Produção de conhecimento, que consiste na produção de pesquisas de campo e monitoramento de dados relativos a homicídios de adolescentes.
2. Formação, que ocorre via participação da equipe técnica em espaços de educação pública e privada.
3. Interiorização das ações, por meio da parceria com o Selo Unicef para incidência de estratégias de prevenção nos municípios do Estado do Ceará.
4. Comunicação, buscando disputar narrativas na imprensa em torno do direito à vida de crianças e adolescentes.
5. Mobilização comunitária, por meio da interação dos articuladores comunitários nos territórios vulneráveis a homicídios.
6. Monitoramento das recomendações e incidência política com gestores para a implementação das recomendações advindas das pesquisas de campo.

16. Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV). Meninas no Ceará: A Trajetória de Vida e de Vulnerabilidades de Adolescentes Vítimas de Homicídio. Assembleia Legislativa do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/>

No eixo de produção de conhecimento, três pesquisas de campo geraram a produção de dados e informações baseadas em evidências para a promoção de políticas públicas de prevenção aos homicídios na adolescência. A primeira delas, intitulada *Trajetórias interrompidas: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará* (2017), aconteceu por meio de entrevistas com familiares de adolescentes assassinados em 2015, reconstruindo suas trajetórias de vida e apontando a complexidade de ações que devem envolver a prevenção de homicídios na adolescência. Após esse estudo, foram lançadas 12 recomendações para a prevenção de homicídios na adolescência (AGUIAR, HOLANDA, 2017)¹⁷.

O segundo estudo, intitulado *Cuidando em rede: saberes e práticas na atenção a famílias de vítimas de homicídios*, foi fruto de um projeto criado em parceria com o Instituto OCA e a Open Society Foundations, somando esforços implementados pelo Comitê de Combate e Prevenção à Violência (CPCV). Resultou da escuta e acolhimento de profissionais das políticas de Assistência Social e Saúde, que lidam diretamente com as implicações das situações de violência nas comunidades de Fortaleza, revelando a importância de fortalecer um protocolo de trabalho em rede. A iniciativa culminou na formação de cerca de 700 profissionais de Assistência Social e Saúde de Fortaleza (Instituto OCA, 2019)¹⁸.

O terceiro e mais recente esforço de pesquisa de campo, intitulado *Meninas no Ceará: A Trajetória de Vida e de Vulnerabilidades de Adolescentes Vítimas de Homicídio*, foi realizado em 2019. O estudo foi justificado pelo aumento sistemático de mortes de meninas no estado a partir de 2017, fomentado pelos diálogos com instituições da sociedade civil organizada e movimentos sociais (CCPHA, 2018)¹⁹. Esta pesquisa gerou nove eixos de recomendações para prevenção de homicídios de meninas na adolescência, dialogando com recomendações anteriormente consolidadas e avançando no campo das vulnerabilidades interseccionadas de gênero, classe e raça (CPCV, 2020)²⁰.

Como resultados das recomendações das pesquisas e dos demais eixos de atuação do CPCV, gostaríamos de ressaltar cinco iniciativas que, em parceria com a sociedade civil organizada, movimentos sociais e universidades, têm sido instrumentos importantes de prevenção à violência no estado.

Em primeiro lugar, temos a criação de Comitês Municipais e Estaduais de Prevenção de Homicídios na Adolescência. A exemplo, possuímos o Comitê Executivo Municipal pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (Cempha) na capital cearense, bem como a criação da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) de Prevenção de Violências no município de Sobral (CCPHA, 2018)²¹. Além da criação de comitês municipais, a experiência do CPCV tem gestado iniciativas em outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

Em segundo, temos em âmbito estadual, a criação da Rede Acolhe, pela Defensoria Pública do Estado, com o objetivo de oferecer atendimento jurídico e psicossocial às famílias vítimas de homicídio ou tentativas de assassinatos (CCPHA, 2018)²². Em terceiro, ressaltamos a criação do

17. AGUIAR, R.; HOLANDA, T. (Coord.). *Trajetórias interrompidas: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará*. Organização Instituto OCA. Brasília: UNICEF, 2017. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes>

18. Observatório da Criança e do Adolescente (Instituto OCA). *Cuidando em redes: saberes e práticas na atenção às famílias vítimas de homicídios*. Ceará: Open Society Foundations, 2019. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes>

19. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência – CCPHA. (2018). *Cada vida importa: Relatório do segundo semestre de 2018*. Fortaleza, CE: o autor. Recuperado de http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf.

20. Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV), op. cit.

21. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência – CCPHA, op. cit.

22. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência – CCPHA, op. cit.

Movimento Cada Vida Importa que congrega professores, professoras, estudantes e militantes da área da infância e juventude para a organização e promoção de seminários e atividades dentro e fora dos muros das universidades, sobre a preservação da vida da juventude, especialmente negra e periférica (PINHEIRO, et al. 2019)²³.

Em quarto, buscamos impactar no orçamento público municipal junto ao Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA). Nesta iniciativa, foi criado o Programa Cada Vida Importa, por meio de uma emenda vinculada ao Plano Plurianual (PPA), com ações voltadas à prevenção de homicídio de adolescentes.

Por último, como quinta iniciativa listada, apontamos a aprovação da lei 16.482, em 2017, por iniciativa do Mandato do parlamentar do deputado Renato Roseno, que institui a Semana Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens no Calendário Oficial do Estado, em memória à Chacina do Curió que vitimou 11 pessoas, das quais 9 eram adolescentes. A lei prevê que o poder público, em parceria com movimentos sociais, promova debates e atividades diversas contra o assassinato de jovens.

Portanto, diante do cenário que nos desafia, é preciso fortalecer as lutas pela vida da juventude, apostando na mobilização política e social de diversos atores para superarmos a crise civilizatória traduzida nos elevados índices de homicídios na adolescência.

23. PINHEIRO, Â. de A. A. et al. Em movimento: relato de uma experiência coletiva de resistência à violência no Ceará. Conhecer: debate entre o público e o privado, v. 9, n. 22, p. 45-59, 2019.

Considerações finais e um chamado à construção de um Comitê Nacional

O Relatório Final apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens²⁴, em âmbito do Senado Federal, apontou que:

(...) a quantidade de jovens mortos no Brasil é um problema social que demanda a adoção de providências urgentes, profundas e multidimensionais. Além disso, também se concluiu que o Estado brasileiro precisa se debruçar mais atentamente sobre o racismo existente de maneira estrutural nas políticas públicas de modo geral. Se nada for feito, nossos jovens, sobretudo a nossa juventude negra, continuarão sendo mortos precocemente, deixando famílias desprovidas de seus filhos e o Brasil privado de toda uma geração de crianças e adolescentes. (p. 6)

O documento, divulgado em junho de 2016, alertava para a necessidade de se olhar para esta realidade com a real intenção de modificá-la, e assim, alterar o futuro. Contudo, a pesquisa que ora apresentamos, vem demonstrar que o país continua enterrando os mesmos mortos daquela época: a juventude, principalmente, do sexo masculino e negra.

A conclusão a que chegamos, portanto, não é diferente de anos anteriores, não há que se falar em dados novos ou em qualquer surpresa para gestores públicos ou para sociedade em geral: a violência continua sendo a principal causa de mortes entre jovens, e a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é bastante variável entre os estados da federação, concentrando-se principalmente nos estados do Norte e Nordeste. Diante disso é que a Visão Mundial tem focado também suas ações prioritariamente nessas regiões do país.

Apesar dos dados apresentarem uma queda na taxa de homicídios nos anos de 2018 e 2019, vale ressaltar que, de acordo com análises realizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para a confecção do Atlas da Violência 2021²⁵, identificou-se para uma piora na qualidade dos dados do Ministério da Saúde a partir de 2018, com um aumento expressivo na classificação de “mortes violentas por causa indeterminada”, que podem indicar suicídios, acidentes ou mesmo assassinatos não contabilizados - o que nos indica que qualquer celebração de redução de letalidade juvenil pode ser precoce.

Ainda, essa é uma análise que precisa ser feita de forma localizada e territorializada, pois as políticas de Segurança Pública estaduais e municipais no período também são importantes para serem pensadas se houve um real decréscimo nessas estatísticas. Também devem ser consideradas as características apresentadas em cada região, que devem levar em conta fatores como a criminalidade e o tráfico de drogas, muitas vezes os principais responsáveis por conflitos que levam a resultados trágicos, como a morte.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha conferido autonomia aos estados para tratar da temática da Segurança Pública, a incorporação dos poderes federal e municipal nos debates para esta agenda faz-se necessária, como vemos ocorrer ao longo das últimas décadas, com programas capitaneados por governos municipais, como a criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública de São Paulo, em 2001.

24. <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=1905&tp=4>

25. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

Ainda, advogamos por uma concentração de esforços federais, em âmbito Executivo, Legislativo e Judiciário, de forma a assumir uma pauta que possa aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileiro com produções normativas que encarem o problema de frente, barrando políticas permissivas à disponibilização de armas de fogo e munição, principalmente para a população em geral, e em torno da criação de meios institucionais que visem a cooperação com governos estaduais.

Propomos então a formação de um Comitê Nacional pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, nos moldes do já criado Comitê Cearense, tratado neste relatório, como forma de alinharmos os importantes eixos de construção de uma política pública baseada em evidências científicas e que toque à realidade, com garantias seguras de ser implementada com sucesso nas localidades brasileiras.

As experiências exitosas passadas precisam ser ampliadas e replicadas. Suas fragilidades e também seus acertos, já mapeados e sabidos, servem como norteadores do caminho a ser perseguido e das estratégias a serem adotadas.

A criação de um Comitê Nacional poderá contribuir para a formulação de uma política pública de prevenção à violência de crianças e adolescentes, pensada a partir de uma agenda nacional. Esta deverá prever a integração de mecanismos de segurança, com ferramentas sociais e comunitárias, incluindo metas claras de redução de homicídios, principalmente decorrentes da atividade policial, de forma a direcionar estados e municípios a desenvolverem ações preventivas e de proteção, contando com a participação ampla de distintos atores essenciais nesse processo.

Acreditamos na necessidade de uma congregação de esforços, que reúna principalmente jovens para que possam discutir as ferramentas necessárias para a estruturação de uma nova política de segurança pública mais participativa e cidadã, mas com o apoio de outros atores, como as universidades, as instituições da sociedade civil, e o poder público, seja por meio de parlamentares, seja por agentes do Ministério Público, Polícias e Poder Judiciário.

Adolescentes e jovens têm criado, já há bastante tempo, suas próprias formas de sobrevivência nos lugares marcados pela exclusão, sem esperar por políticas de Estado que lhes garantam vida e proteção. Mas sabemos que isso não é o suficiente e que os governos não podem se eximir de suas tarefas e responsabilidades. Nós temos, agora, a possibilidade de transformar ações locais em políticas nacionais, sem perder a essência e a particularidade de cada território. A oportunidade de criar um espaço onde a juventude possa dialogar e propor políticas públicas que nasceram em suas comunidades, e que, a partir daí, sejam ampliadas para o nível nacional.

Este é um campo em permanente construção e de debates inflamados. Cabe a nós, enquanto sociedade, nos dedicarmos para garantir um futuro mais digno e uma vida plena a todas as crianças e adolescentes.



www.visaomundial.org
0800 70 70 374



@visaomundialbr



visaomundialbrasil



@visaomundialbr



visaomundial



visaomundialbrasil